

Memórias e experiências da Diáspora: um estudo das sociabilidades na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em Florianópolis na primeira metade do século XX

Memories and experiences of the Diaspora: a study of sociability in the Brotherhood of Our Lady of the Rosary and Saint Benedict in Florianopolis in the first half of the twentieth century

Karla Leandro Rascke

Mestranda, História Social-PUC/SP
karlaleandro@gmail.com

Resumo: Este trabalho pretende apresentar considerações acerca das experiências dos irmãos e irmãs atuantes na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, em Florianópolis/SC na primeira metade do século XX. Propomos utilizar enquanto fontes memórias registradas em documentos escritos, depoimentos e fotografias que revelam olhares e performances onde possamos inferir expressões de seus viveres e traços culturais. Queremos compreender o impacto que as mudanças sociais, econômicas e religiosas, ocorridas no país e na capital catarinense, tiveram nessa Irmandade, interferindo em suas formas de organização, expressão cultural, espaços de sociabilidade e visibilidade social de descendentes de africanos na cidade de Florianópolis.

Palavras-chave: História; irmandade; afrodescendente; experiência; Florianópolis

Abstract: This work intends to present considerations about the experiences of brothers and sisters acting in the Brotherhood of Our Lady of the Rosary and Saint Benedict, Florianopolis/SC in the first half of the twentieth century. We propose to use as sources memories recorded in written documents, testimonies and photographs that show looks and performance may be inferred where you live and expressions of their cultural traits. We want to understand the impact that social, economic, and religious, which occurred in the country and the capital of Santa Catarina, had this Brotherhood, interfering in their forms of organization, cultural expression, spaces of sociability and social visibility of African descent in the city of Florianopolis.

Key-works: History; brotherhood; African descent; experience; Florianopolis

Apresentação inicial e considerações

O foco principal deste trabalho pauta-se na cultura¹ que envolve todas as esferas da

¹ Partimos dos estudos culturais – Escola Inglesa –, especialmente, Hoggart, Williams e Hall que relendo Marx perceberam a cultura como central nas discussões que fariam. Hoggart estudará a “cultura de massa” termo que ele questiona, pois não temos como avaliar o impacto direto das indústrias culturais na vida das pessoas, tendo em vista não sabermos de que modo pessoas comuns incorporam ideias e experiências oriundas desses meios. Para o autor, essas tecnologias (imprensa a cores, rádio, televisão e depois o cinema) permitem reelaborar

vida dos sujeitos históricos e, nessa perspectiva, o ofício do historiador aplica-se no trabalho com as experiências culturais, cujo papel enquanto intelectual é político e social. Deste modo, buscamos compreender experiências de sujeitos históricos da diáspora enquanto múltiplas, circundadas por incorporações de práticas do catolicismo e por performances nas ações da vida quotidiana.

Como nos diz Walter Benjamin em “Sobre o conceito de História” (1994), precisamos perceber que as histórias dos vencedores, tão conhecidas a nós, possuem saberes, formas de vida, bens culturais que eram dos vencidos (BENJAMIN, 1994, p. 224) e, deste modo, as culturas sempre questionarão essas vitórias dos dominadores. Percebemos, assim, a necessidade de conhecer e compreender a história de outro modo que não apenas do ponto de vista dos vencedores, mas a história do ponto de vista dos vencidos, e por isso, chamada a contrapelo. Para o autor, a narrativa histórica é cultural, carregada de sentidos; e o presente que nos traz indícios do passado permite pensar alternativas de futuro. Estas questões devem ser mencionadas, pois expõem o sentido de história que propomos e nossa forma de enxergar os sujeitos históricos de nosso trabalho historiográfico. São pessoas comuns, homens e mulheres afrodescendentes, cujas expectativas e supervivências nos permitem interpretar os vestígios deixados pela memória da Igreja; neste caso, uma Irmandade organizada por afros leigos.

Trabalharemos com a noção de afrodescendentes ou populações de origem africana, não no sentido de uma raça, mas enquanto categoria de análise, uma tentativa em fugir dos “pesos” que termos como “negro” pode carregar enquanto uma identidade entre pessoas das mais variadas origens e experiências, possível homogeneidade e ideologia, o que não nos cabe apresentar neste texto. Percebemos nos irmãos e irmãs do Rosário muitos “dissabores” entre si, acontecimentos que nos permitirão interpretar diversidades e dinâmicas de identidade. Como nos aponta Mortari (2007, p. 25), “é imperioso considerar que o próprio termo África e, conseqüentemente, africano são uma construção moderna, referindo-se a uma multiplicidade de povos, com línguas e culturas diversas, cujo ponto de origem comum está no tráfico de

atitudes, comportamentos, tradições, costumes, valores, crenças dentro de novas formas de linguagem. Importante é destacar que diante desses meios de “massa” os receptores de informações não são apenas receptores, mas reinterpretam, ressignificam e readequam os elementos recebidos, incorporando o que lhes convêm, ou, dito de outro modo, selecionam os elementos culturais que satisfazem as demandas de seus grupos em determinado momento histórico. Deste modo, com o exemplo específico do trabalho de Hoggart é elucidativo sobre qual caminho percorrido pelos Estudos Culturais: estudar a cultura dos grupos populares.

escravos e na escravidão como condição jurídica”. Ao pensar as populações de origem africana, despertamos para uma possibilidade mais ampla, na qual podemos inserir e tentar vislumbrar diferentes povos e experiências.

No intuito de apreender as formas de organização e experiências da Irmandade e seus diferentes sujeitos, utilizamos as interpretações de Alessandro Portelli no que tange ao entendimento de memória, sendo esta pensada como um exercício da fala que pressupõe a “presença de um outro”. Nesses apontamentos, o autor considera que cada sujeito histórico produz, em suas múltiplas relações, versões da história relatada através de sua memória. No caso específico da pesquisa sobre a irmandade, torna-se importante pensar como o autor trabalha com a experiência da escravidão presente na memória de cativos, a partir da análise das auto-biografias escritas por Frederic Douglas no século XIX². Este entendimento de Portelli nos faz perceber de que modo a memória coletiva pode ser significativa no conjunto das expectativas e experiências de diferentes grupos, e, especificamente, ao pensarmos a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, na qual muitos de seus membros foram cativos, forros ou ex-cativos nestas primeiras décadas do século XX; há uma memória compartilhada.

Deparamo-nos também, ao longo das revisões bibliográficas e da análise das fontes não completamente visitadas tendo em vista que a pesquisa encontra-se em andamento - com a noção de catolicismo e suas múltiplas faces. Deparamo-nos com a perspectiva de catolicismo crioulo³, marcado pela cosmologia e cosmogonia presente nas populações de origem africana, que ao entrarem no “novo mundo” a partir do tráfico, trouxeram consigo experiências, expectativas, visões de mundo que se re-criaram e re-significaram nestes espaços diaspóricos.

² O autor discute num artigo de que forma a memória e, principalmente a memória coletiva da escravidão nos EUA faziam parte da vida de cativos e ex-cativos. Com base nas auto-biografias de Frederic Douglas, um cativo nos EUA, Portelli discute que ao narrar suas experiências de cativo, Douglas já a interpreta. Nas palavras do autor, “recordar e contar já é *interpretar*” (PORTELLI, 1996, p. 2). Ao discutir a memória interpreta que apesar de muitos cativos nunca terem sofrido a experiência de um açoite; “não são as chicotadas efetivamente recebidas, mas as potenciais, que o definem no horizonte de expectativas para os escravos, incluídos aqueles que nunca haviam sido açoitados” (PORTELLI, 1996, p. 8). Para maiores informações, consultar: PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, no. 2, 1996, p. 59-72. Disponível em http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf, acesso em 25 de junho de 2011.

³ Esta noção de catolicismo crioulo é trabalhada por diferentes autores, sendo os principais utilizados nesta pesquisa: SWEET, James H. “Recriar África”; SILVEIRA, Renato da. “A guerra do requebrado na Bahia Colonial”; HAMPATÊ BÁ. “História Viva”; HEYWOOD, Linda M. Diáspora Negra no Brasil”; SAVIETO, Mônica Carolina. “Catolicismos criouloizados: presença centro-africana na região do Vale do Paraíba (SP)”.

Percebemos que o modo de lidar com a cultura implica em pensar de que forma era praticado esse catolicismo crioulezado e que tais práticas envolviam elementos africanos, europeus e indígenas. Assim, longe da crença de que o catolicismo utilizado pela Igreja predominou nas manifestações de africanos/as e seus descendentes no Brasil, optamos por compreender que essa manifestação intitulada católica, é múltipla, plural, repleta de significados e de embates. Diante disso, percebemos que as populações de origem africana não se apropriaram dos elementos culturais europeus, mas incorporaram apenas o que lhes convinha, de modo a atualizar suas culturas já existentes.

Sendo assim, revisitamos o entendimento acerca do que é considerado catolicismo barroco, popular ou tradicional vistos por Caio César Boschi (1986), Michelle Maria Stakonski (2007; 2008; 2010) e João José Reis (1991; 1996); a noção de catolicismo ultramontano já com maior atuação e vigilância da Igreja Católica sobre determinadas práticas por vezes consideradas profanas.

Este ponto é fundamental para percebermos as alianças, embates, dissabores e tantos outros elementos que constituíam o dia-a-dia dos irmãos e das irmãs do Rosário de Florianópolis. Seu universo permeado pelas antigas lutas por liberdade, no pós-abolição terão o centro da cidade como espaço marcado para as elites, a Igreja como forma de resistência sócio-cultural e seus batuques, festas e procissões enquanto movimentos de sociabilidade, encontro e devoção.

Abrangendo os momentos imediatos à abolição dentro de dinâmicas relações cotidianas, em que vivências passadas poderiam retornar em forma de lembranças, memórias e aspirações, questionamos como estas aspirações de antigos cativos/as, criadas a partir de experiências como sujeitos ativos na luta pela abolição da escravatura, transformaram - ou não - os sentidos da participação na irmandade e a configuração dos novos territórios urbanos habitados por estas populações de uma sociedade, agora republicana. A intenção é evitar generalizações ao lidar com estas experiências compreendendo-as enquanto lutas diárias de diferentes pessoas em busca por melhores condições de vida naquele momento em que a sociedade brasileira e, não menos, a sociedade florianopolitana, enxergava nestes populares, a antiga condição cativa. Pensamos estas experiências múltiplas de sujeitos populares enquanto manifestações de valores, visões de mundo que se mostram no terreno das contradições. Estes valores produzidos remetem ao campo da cultura. E aqui retornamos a uma questão

importante levantada no início deste texto que remete ao papel do intelectual. Pois, a partir dessas noções até então trabalhadas, debatidas, inquietadas, percebemos que nossas pesquisas possibilitam que hábitos, valores, normas, costuras possíveis de serem alinhavadas e discutidas. Dito de outro modo, nosso papel implica em posicionamento político desde o momento em que optamos por estudar classes populares e, mais ainda, lidamos com a arte das palavras de modo a interpretar essas culturas populares vividas.

Assim, ao lidar com experiências de pessoas comuns, suas expectativas, práticas e devoções na cidade e, especialmente na Irmandade, esperamos ter novas histórias para contar em nossas academias, escolas e sociedade. Histórias que nos permitam perceber pessoas e não apenas suas condições de ex-cativas, descendentes de escravos⁴, marginalizados sem esperança ou expectativas de vida. Com base nas obras de Hebe Maria Mattos (1998; 2010), George Andrews (1998), Paulino de Jesus Francisco Cardoso (2004; 2008; 2010; 2011), Maria das Graças Maria (1997) e tantos outros, pensamos a irmandade como ponto de referência para refletir de que modo as mais diversas populações criaram possibilidades e táticas, articularam pessoas, mobilizaram órgãos governamentais e a imprensa, ou seja, a partir deste espaço micro, entender uma questão abrangente dentro da nossa historiografia atual brasileira que se volta para os estudos sobre o pós-emancipação.

Assim, quando focamos na documentação da Irmandade, tracejamos que estes foram elaborados pelos irmãos da Mesa Administrativa da instituição, e que, longe de mostrar apenas a “união” entre os irmãos, a documentação apresenta as intrigas, discordâncias, dissonâncias, levando-nos a perceber quão diversos eram esses sujeitos históricos: ex-cativos, livres, africanos, luso-brasileiros, homens, mulheres... Sobre estes documentos, teremos especificamente um item destacando uma reunião da Mesa.

Ao nos depararmos com os Códigos de Postura da cidade de Florianópolis, voltaremos o olhar não da perspectiva das normas, mas das burlas, das práticas quotidianas que continuavam a ser exercitadas no dia-a-dia. Estes documentos permitem perceber quais os interesses e demandas dos grupos dominantes e nos sugere inquietações, principalmente, para com os grupos populares, cujas práticas vinham de encontro ao proposto nas condutas.

⁴ Utilizamos esta expressão por ser recorrente nos textos consultados para esta pesquisa. No entanto, estes termos perturbam pela ligação única com a escravidão, quase que desumanizando estas populações. Ou seja, fica a impressão de que lembramos apenas de sua condição de ex-cativo(a) sem compreender mais amplamente suas expectativas, experiências, amores; a vida de cada dia, sendo ela como fosse.

Convém destacar que se algo se encontra criminalizado é porque perturba “alguns” e está em constante prática.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito que possui seu primeiro compromisso datado de 1750 já realizava suas atividades em período anterior como nos indica um documento de 1726. Percebemos com base na documentação e bibliografias sobre diferentes irmandades existentes desde o Brasil Colonial (REIS, 1996; BORGES, 2005; XAVIER, 2008; STAKONSKI, 2008; SIMÃO, 2008; MORTARI, 2011 e tantos outros) que esta era uma prática comum, pois havia um tempo entre a organização destas instituições e sua legalização baseada na aprovação do compromisso. Os objetivos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos⁵ era prestar devoto culto a Virgem do Rosário, cuidar dos irmãos enfermos, alforriar os irmãos cativos e proporcionar aos seus associados os rituais de uma boa morte⁶. Para que cada irmandade pudesse ser oficializada era necessária a aprovação do compromisso contendo os artigos que explicitam as normas de funcionamento da instituição. Seus objetivos, os direitos e deveres de cada Irmão e os papéis estipulados para os padres e demais indivíduos envolvidos.

A construção da Igreja, como ressaltou Cabral, resultou de árduos dias de trabalho e dedicação de muitos cativos e cativas, que nos dias santificados e domingos planejavam e executavam as obras da capela (SIMÃO, 2008, p. 41-42; RASCHE, 2008, p. 83-113). Iam seus irmãos e irmãs, nos dias permitidos por seus senhores e/ou senhoras, levantar as paredes, carregar os “moios de cal”, os arames, as tábuas tornando possível que muitos irmãos e irmãs do Rosário realizassem ali seus encontros. Aos poucos a igreja tomava forma, entendendo que certa lentidão das obras relacionava-se aos poucos recursos em alguns momentos e ao pouco tempo dos/as irmãos/ãs, de acordo com os dias que lhes eram permitidos. Entretanto, muitos

⁵ A Irmandade foi fundada e construída por homens pretos, africanos; e seu compromisso destinava cargos gerenciais da Mesa Administrativa a estes fundadores e seus descendentes, homens pretos. Apenas no século XX já com o seu compromisso de 1926 a Irmandade deixa seu “título” inicial de homens pretos e fica apenas como beneficente.

⁶ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, 1807. Pasta Documentos. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

senhores e senhoras, devotos e católicos permitiam estas realizações por parte de seus cativos como forma de “agradar” os olhos da própria Igreja Católica e evitar as agruras do “inferno” quando morressem.

A igreja estava erguida nos anos de 1750, talvez sem aquela pompa tão almejada pelos irmãos e irmãs que entraram para a instituição posteriormente. No entanto, quando afirmamos que a capela estava erguida, não significa que estivesse pronta (terminada). Esta é uma inquietação de seus membros durante os séculos XVIII e XIX, afinal, sempre havia algo para ser melhorado, modificado, aumentado. De acordo com os livros caixas e atas, eram constantes as obras, os reparos, as reformas. Nestes documentos encontramos itens que fizeram parte das despesas da capela durante praticamente todo o século: pedra, cal, vidros, pregos, tijolos, tábuas, telhas, e tantos outros utensílios e materiais. Além destes, era recorrente o pagamento de pessoas para a execução do serviço, tanto das obras como da conservação do local. Deste modo, além de reformar, era preciso manter o local asseado, capinado, pintado, limpo.

Oswaldo Rodrigues Cabral inicia seus estudos sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, cuja intenção, de acordo com a proposta feita pelos irmãos da irmandade, era narrar alguns acontecimentos considerados “importantes” para a história da instituição. Sendo assim, comentou a respeito dos Compromissos, das festas do Reisado, da prática de esmolar, da libertação de algum cativo se houvessem fundos, etc. No entanto, sua visão apresentava a Irmandade e seus irmãos enquanto submissos ao poder das autoridades eclesiásticas e sem autonomia (CABRAL, 1950, p. 17).

As professoras Cláudia Mortari Malavota (2000; 2011), Maristela dos Santos Simão (2008) e Michelle Maria Stakonski (2008; 2010), ao longo dos últimos dez anos levantam questões sobre as experiências dos irmãos e irmãs. Em especial, buscaram romper com a imagem de humildade e submissão dos irmãos, para focar seus estudos nas tensões que permeavam este espaço de sociabilidade de africanos e afrodescendentes.

Segundo Mortari, as Irmandades se instituíam a partir da definição de um santo para devoção, como ponto de união entre os Irmãos. Mas, ao mesmo tempo, em seu interior também ocorriam embates entre os Irmãos. “Estes embates só podem ser compreendidos a partir da constatação de que estamos falando (...) de sujeitos plurais, o que requer considerar a existência de aspectos que ligam ou separam os indivíduos” (MORTARI, 2000, p. 18).

Na tentativa de decifrar o mundo no pós-Abolição e as reverberações deste na vida de pessoas comuns da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/Florianópolis, Stakonski (2008) extrai da expulsão de um membro de uma confraria católica em uma cidadezinha do sul do Brasil, um aspecto importante dos confrontos entre os mundos das novas elites republicanas e os modos de vida herdados de séculos anteriores. O Caso Nolasco, como foi interpretado, demonstra a transição da autonomia de uma irmandade leiga para a cobertura do olhar clerical. Caio César Boschi analisa as irmandades em Minas Gerais do século XVIII e estuda os vários conflitos entre as autoridades eclesiásticas e a forte presença do catolicismo popular no seio destas instituições leigas (BOSCHI, 1986).

Em sua dissertação de mestrado, Michelle Maria Stakonski também apresenta como objeto de análise a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, investigando as ações promovidas pela Igreja Católica em relação às práticas e posturas vivenciadas na Irmandade e apreendendo rupturas e permanências na instituição nas primeiras décadas do século XX. Utilizando-se dos Sínodos Diocesanos, da documentação do Acervo da Irmandade e da Mitra Diocesana, a autora apresenta brevemente o cenário da capital catarinense no período e discute as implicações das políticas pautadas nos ideais médico-higienistas na cidade e na Irmandade. Analisando, principalmente, as normas impostas pela Igreja Católica a partir dos Sínodos, percebe que as festas e procissões serão alvo de discussões e preocupações, visto que ainda carregavam muito do seu caráter barroco e mesmo profano, com batuques, música e dança (STAKONSKI, 2010, p. 90-91; 106). Assim, pretendemos estabelecer um diálogo com a pesquisa elaborada pela autora e aprofundar algumas questões – conforme colocamos no corpo do projeto aqui apresentado – de modo a vislumbrar a compreender as táticas utilizadas pelos irmãos e irmãs em relação às posturas exigidas pela Igreja.

No âmbito das discussões sobre a Irmandade do Rosário da capital catarinense, Simão interpreta que as devoções a Nossa Senhora e São Benedito têm origens medievais portuguesas. Além das discussões sobre a devoção, o foco de Simão é analisar o perfil dos irmãos e irmãs que entram na instituição em meados do século XIX. Os mais variados cargos, posições sociais, condições jurídicas fazem parte deste mundo. Mas, é importante destacar que a Mesa Administrativa e as decisões da Irmandade eram tomadas por seus representantes

pretos⁷.

Remanescentes das corporações de artes e ofícios da Europa na Baixa Idade Média, as irmandades surgiram entre os séculos XII e XV, cujo objetivo inicial era “congregar fiéis em torno da devoção de um santo escolhido como padroeiro, obedecendo às regras contidas no compromisso que determinava objetivos, modalidades de admissão, deveres e obrigações” (OLIVEIRA, 2007, p. 02). Consideradas instituições oficiais, fundadas pelos portugueses como forma de integrar à sociedade civilizações exploradas por eles, estavam intimamente ligadas à profissão da fé católica. No entanto, como apontado no início deste trabalho, os elementos culturais africanos farão desta profissão de fé católica uma experiência diferenciada, com suas interpretações e incorporações acerca do catolicismo, santos de devoção e, principalmente, do entendimento que possuíam em solo africano – e passado aos descendentes na diáspora – dos seus sistemas religiosos que inegavelmente constituíam uma cosmologia, sua visão de mundo, diferenciada daquela “ensinada” pelos europeus através do catolicismo e suas práticas.

Estas confrarias tinham duas finalidades principais: a religiosa, que “consistia em celebrar as festas, cumprir as devoções, realizar o enterro cristão dos associados”, principalmente e, a finalidade social, que “consistia em resolver certos problemas no campo econômico, e na parte assistencial em caso de doenças graves e de pobreza extrema” (ALVES, 2006, p. 31).

Tais instituições podem ser caracterizadas como fortemente marcadas pela presença de leigos cujos objetivos, conforme mencionamos com relação à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito eram acompanhar o enterro dos Irmãos e Irmãs (nos casos das instituições que permitiam o acesso de mulheres – o que era muito frequente nas irmandades de pretos e pardos), rezar pelas almas dos/as falecidos/as e realizar festas anuais aos padroeiros e às padroeiras.

⁷ Segundo trabalho de MATTOS, Hebe Maria. Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.30; interpretação incorporada também por CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Negros em Desterro: as experiências das populações de Desterro na segunda metade o século XIX. Tese de Doutorado, PUC/SP, 2005, ao pensar as populações de origem africana em Desterro no século XIX: a cor estava associada à condição social do indivíduo. Portanto, no entendimento de Mattos e Cardoso: mulato era a pessoa de origem africana de pele clara; o termo pardo significava o escravo descendente de homem livre (branco) ou nascido livre, mas com as marcas da ascendência africana; preto designava a origem africana do escravo; crioulo era o escravo nascido no Brasil. “Já a palavra ‘negro’ designava sempre a condição cativa do indivíduo” (CARDOSO, 2005, p.203).

Cada irmandade era regida por um estatuto ou compromisso que, segundo Alves, enumerava “os direitos e deveres de seus membros, diferenciando-se de acordo com as características locais e as exigências específicas de cada época em que era apresentado para aprovação” (ALVES, 2006, p. 45). Os Compromissos são divididos em capítulos que tratam dos objetivos da Irmandade, da condição jurídico-civil daqueles que poderão ser aceitos por irmãos, e também seus direitos e deveres, sua forma de organização, além de questões religiosas e sociais. Nas confrarias do período medieval, recomendava-se como deveria ser o funcionamento, “as obrigações de seus membros, assim como os direitos adquiridos ao se tornarem membros dessas associações” (QUINTÃO, 2002, p. 74).

A administração de cada Irmandade ficava a cargo de uma *mesa – a Mesa Administrativa* -, presidida por juízes, presidentes, provedores, e composta por escrivães, tesoureiros, procuradores, consultores, mordomos(as), zeladores (as), mesários, que desenvolviam diversas tarefas: convocação e direção de reuniões, arrecadação de fundos, guarda dos livros e bens da instituição, visitas de assistência aos irmãos necessitados, organização de funerais, festas e outras atividades.

João José Reis faz um estudo belíssimo sobre festas e ritos fúnebres em instituições religiosas baianas. Para ele, a celebração do rito fúnebre teria influências de um catolicismo barroco, e a solidariedade do grupo se manifestaria no rito solene da celebração da morte, assim como a solidariedade no momento das festas e comemorações (REIS, 1991, p. 70).

Já, Acácio Sidinei Almeida Santos, em seu estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Paulo, tem seu tema central de dissertação de mestrado voltado para a análise da morte, percebendo quais as concepções de mundo foram reformuladas, reestruturadas pelas populações de origem africana na diáspora e os novos sentidos atribuídos à morte (SANTOS, 1996). Utilizando-se de diferentes documentos e sem pretensão de um recorte temporal específico, transita analisando a morte social através das descrições realizadas por cronistas e dos relatos deixados por viajantes que pelas terras do Brasil passaram nos séculos XVI e XVII. Também utiliza-se dos Compromissos das Irmandades de negros (séculos XVII a XIX), os livros de assentamentos e de óbitos, além de alguns poucos testamentos de libertos localizados nos arquivos arqui-diocesanos de São Paulo/SP e de Mariana/MG para compreender aspectos da morte cultural das populações de origem africana. Finalizando sua obra, as entrevistas realizadas com babalorixás e ialorixás de São Paulo

pretendem ser instrumento de apreensão de como os iniciados se relacionam com a morte, os ritos funerários e como lidam com os mitos. O autor faz uma crítica à ideia de João José Reis de que a morte seria “uma festa”, celebrada pelos “seus pares”, como no caso do ritos fúnebres realizados por muitas irmandades organizadas por populações de origem africana.

Após estas exposições que nos permitem situar o que foi produzido sobre a referida instituição, e de um panorama breve e geral dos estudos sobre irmandades no Brasil, faremos algumas considerações importantes sobre o contexto da cidade de Florianópolis nesta passagem do século XIX para o XX e todas as propostas higienistas e remodeladoras que incidem de modo a alterar os espaços transitáveis pelos populares de origem africana.

A cidade de Florianópolis nestes inícios do século XX

Segundo interpretação de Hermetes Reis de Araújo, ao analisar este período “transitório” de uma cidade antiga com paisagem antiquada para uma capital em pleno século XX, acontecerá em Florianópolis um processo de demolição dos casebres, desapropriação, reconstruções, saneamentos, calçamentos, intensificação dos serviços de iluminação pública, canalização dos rios (KUPKA, 1993) e, o que nos interessa discutir particularmente,

a demolição dos casebres que se situavam em áreas desses bairros mais próximos ao núcleo central e expulsando dali seus moradores, as elites locais fizeram um investimento decisivo no sentido de resolver a situação destas zonas da cidade, há muito tempo por elas já considerada como alguma coisa perigosamente problemática (ARAÚJO, 1989, p. 24).

A partir dos detalhes apresentados por Araújo e através de conexões estabelecidas com a obra de Cardoso e Mortari (1991, p. 83-101), perceberemos que estes espaços desapropriados pelas elites dirigentes concretizadoras das reformas urbanas constituíam-se, em grande parte, de populações de origem africana. O período ao qual nos referimos situa-se no final do século XIX e inícios do XX e, a cidade até o momento apresentava um número considerável de afrodescendentes, principalmente nas áreas compreendidas no que hoje é centro da cidade, em virtude mesmo da própria organização do antigo sistema escravista. Deste modo, a intencional retirada destas populações de seus recintos impulsiona as populações “não desejáveis” para outros espaços. Rosângela Miranda Cherem salienta a

existência de uma espacialização social, pois no centro da cidade se localizava o comércio e a administração pública, e nas “franjas desta área se registrava a presença de outros segmentos sociais, que habitavam cortiços ou casas muito pequenas, geralmente superlotadas” (CHEREM, 2001, p. 299). Conforme indicação da autora, além dos indesejáveis que se localizavam rodeando o centro da cidade, as elites ainda se preocupavam com a imagem da capital manchada pela localização inadequada do seu cemitério e todo tipo de argumentos estéticos e higiênicos contrários a tais situações. O autor Hermetes Reis de Araújo, bem salienta em outro momento quais populações tinham suas habitações condenadas, estando impróprias para a nova ordem da cidade:

os habitantes que formavam a população de pescadores, biscateiras, carregadores, trabalhadores do porto, meretrizes, mendigos, etc., tinham nos bairros da Figueira, assim como no da Tronqueira, da Toca e da Pedreira (todos na área do centro urbano) o seu lugar de maior concentração e convívio (ARAÚJO, 1989, 36).

A relação estabelecida entre estes territórios que se formarão na cidade e nosso objeto de pesquisa refere-se ao fato de que muitos destes “migrantes” advindos das reformas urbanas serão também integrantes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Estes territórios formados por populações de origem africana vindos de diferentes municípios da Grande Florianópolis⁸ e daqueles/as que saíram das regiões centrais da cidade serão compreendidos, nos dizeres de Cardoso e Mortari, enquanto “territórios negros”. Para os autores,

com a instalação de serviços de bondes, água e esgoto, aterros e demolições,

⁸ Pretendemos explorar de modo sucinto, com base nas bibliografias disponíveis, alguns dos motivos que levaram estas populações a migrarem para a capital. Segundo Hebe Maria Mattos e Walter Fraga Filho ao pensar as regiões de engenhos, após a abolição ocorreu um fluxo de migrações de libertos mudando de um engenho para o outro, indo para as cidades em busca de novas condições de vida e trabalho. Nos dizeres de Fraga, “a mudança de domicílio indica que houve intensa movimentação de libertos de um engenho para outro após a abolição”; “para muitos ex-escravos, a migração significou distanciar-se do passado de escravidão” (FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 199; 314). Ver também MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Podemos inferir, com base em análises consistentes feitas em diferentes estados que as migrações no pós-abolição foram motivadas pelas expectativas destas pessoas em busca de novas possibilidades. No caso dos municípios que englobam o que se designa, atualmente, Grande Florianópolis, percebemos no estudo de Maria das Graças Maria que muitos populares de origem africana migraram no pós-abolição para a capital a procura de oportunidades e condições de vida mais dignas. Ver MARIA, Maria das Graças. “Imagens Invisíveis de Áfricas Presentes”: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940). Dissertação de mestrado, Florianópolis, UFSC, 1997.

foram sendo destruídos os antigos territórios negros. Lugares como a Tronqueira (atual Artista Bitencourt, por ironia da história, um dos poucos abolicionistas populares), a Figueira (na Conselheiro Mafra), Toca (rua São Martinho), Beco do Sujo (Hercílio Luz), foram sendo eliminados, a bem da tranqüilidade pública (CARDOSO; MORTARI, 2004, p. 92).

No entendimento de Maria das Graças Maria, por volta dos anos 1930 e 1940, a cidade altera suas configurações, já tendo ocorrido intensamente as reformas urbanas empreendidas pelos empreendedores políticos e “o centro da cidade já não abrigava mais a massa de despossuídos, pois a maior parte fora transferida para outros lugares.” Segundo a autora,

ainda assim, no interior daquela cidade normatizada pela política do Estado Novo, sob a forma de tentativa de empreender um movimento homogeneizador sobre a sociedade da época, passou a existir uma outra, a ‘cidade esconderijo’. Esta foi palco das histórias dos homens e mulheres que, na sua multiplicidade de experiências e apesar das normas reguladoras, da política e dos valores dominantes, viveram seu cotidiano num movimento constante a instituir por assim dizer uma cidade transgressora. Dessa forma construíram seus territórios, inventaram seus códigos, redefiniram seus espaços, imprimindo a marca de suas tradições culturais (MARIA, 1997, p. 92).

Podemos apreender que mesmo tendo sido destruídos os antigos territórios habitados pelas populações de origem africana, a “cidade esconderijo” apresentada por Maria nos permite vislumbrar novos territórios em pontos específicos da cidade, como o footing – da Praça XV, da rua Arcipreste Paiva e da calçada do Palácio do Governo, os lavadouros públicos (fontes de água onde trabalhavam as lavadeiras), as Irmandades Católicas, os Clubes Recreativos, as Comunidades Negras, as Escolas de Samba, os terreiros de Umbanda e a dança do Cacumbi (MARIA, 1997, p. 20). Territórios estes que “ao se constituírem além da presença dos cidadãos negros também foram resultado das impressões simbólicas deixadas por aqueles sujeitos históricos de descendência africana” (MARIA, 1997, p. 125). Para a autora a própria Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito constituía um “território negro” de modo que estabelecia uma rede de solidariedade entre seus irmãos e irmãs, uma possibilidade de construir táticas de sobrevivência em meio às tensões daquele contexto urbano, resistências e encontros (MARIA, 1997, p. 136).

Acreditamos ser este o contexto da cidade em que se insere a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, espaço fundado por populares de origem africana ainda

no século XVIII e que persiste até os dias atuais no centro da cidade. Interessante que, no período em que acontece a abolição da escravatura e até algumas décadas depois, muitas destas irmandades organizadas por afrodescendentes no Brasil deixam de existir e muitas de suas instalações acabam sendo demolidas, junto a muitas destas obras modernizadoras ocorridas nas cidades do país. Cremos que esta permanência e funcionamento da Irmandade possuem significados e um sentido para seus membros que empregam tempo, recursos e sua religiosidade neste espaço.

“Juntando os pontos”

Após estas breves páginas possíveis apresentando o funcionamento da Irmandade, suas diferentes atividades e a cidade de Florianópolis, lugar na qual os sujeitos históricos de nossa pesquisa experienciam seu dia a dia, pretendemos dialogar com uma ata de reunião acontecida em fins do século XIX entre os irmãos da Irmandade sobre a qual debruçamos nossos olhares.

Em ata registrada do dia 20 de abril de 1890⁹, o irmão com cargo de juiz preside a reunião da Mesa Administrativa, como costumeiramente acontecia na irmandade e constava em Compromisso. O motivo da reunião parece envolver membros da Mesa e algumas atitudes que geraram polêmica durante a assembleia. Ao que tudo indica, não ficara bem esclarecido o que havia sido feito com algumas arrecadações da quinta-feira santa e alguns pagamentos que o irmão tivera que fazer com recursos próprios para comprar cera e outros produtos para a associação. Pelo que depreendemos do Compromisso ainda vigente (de 1842) e pelo nome do juiz, tratava-se de um afrodescendente, enquanto os cargos de tesoureiro e de secretário, por exemplo, estavam preenchidos por lusos ou teuto-brasileiros. Essa diversidade sempre fizer parte da Irmandade, apesar de que seus cargos principais na Mesa Administrativa ficassem em sua maioria sob custódia dos afros, conforme o “costume” tão mencionado nos

⁹ Consta na Ata da reunião que esta aconteceu no consistório da Irmandade (como era de costume) e contou com a presença de: Vigário José Manuel Joaquim Alves Cidade, João de Deus do Nascimento (juiz), Antônio Jerônimo Pires (tesoureiro), Carlos A. Caminha (escrivão), Costa A. Caminha (secretário); e demais mesários: José Maria do Espírito Santo, José Francisco da Costa, Paulo Capella, Ipollito e Domingos Vieira, Francis Antônio Cesar, de Custodio Tromposki, José Botelho, José Gularte, Claudino José da Costa, Estelita Freitas, João Ipolito e Agostinho José Raymundo.

Compromissos de 1807 e 1842, e frequentemente lembrado em reuniões da Mesa pelos membros.

As discussões sobre os recursos, quando foram pagos e a quem, parecem ter-se resolvido, afinal a reunião termina e chegam ao acordo de que seja pago o que se deve, e a quem se deve. O juiz tomara a palavra, o secretário e demais membros da Mesa, afim de que resolvessem a situação. E este é apenas um dos episódios possíveis de apreender da análise destas reuniões. Afinal, a irmandade nos permitiu conhecer seus registros, que mesmo organizados por estratégia da Igreja Católica, permitem perceber resquícios, sinais e expectativas não programadas institucionalmente, mas experimentadas no campo do cotidiano.

Referenciais

ALVES, Márcia. Entre a Folia e a Sacristia: a festa do Divino em Florianópolis (1896-1925). Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. Irmãos de cor e de fé: irmandades na Parahyba do século XIX. João Pessoa, 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense.

BORGES, Célia Maria. A Festa do Rosário: a alegoria barroca e a reconstrução das diferenças. (Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. Disponível em www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/3cibi/documentos/097f.pdf

BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática. 1986.

CABRAL, Oswaldo R. Notícia Histórica da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Florianópolis, 1950.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: Relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *A vida na escola e a escola da vida: experiências educativas de afro-descendentes em Santa Catarina no século XX*. In: ROMÃO, Jeruse. *História da educação do Negro e outras histórias*. Brasília: SECAD, 2004.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: as experiências das populações de Desterro na segunda metade o século XIX*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*. Projeto História. São Paulo, n.17, p. 223-258, Nov. 1998.

FARIAS, Joice. *A Lagoa da Conceição também é dos pretos! Experiências dos grupos populares no leste da Ilha de Santa Catarina (1870-1920)*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF).

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HAMPATÊ-BÁ, Amadou. *A tradição viva*. In: KI-ZERBO, Joseph (Org). *História Geral da África. I - Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática/UNESCO 1982.

HEYWOOD, Linda M. (org.). *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*. Lisboa: Presença, 1973, (Tradução de Maria do Carmo Cary). Vol 1 e vol 2.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007.

MORTARI, Cláudia. *Os homens Pretos de Desterro – um estudo sobre a Irmandade Nossa Senhora do Rosário (1841-1860)*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Negra devoção: Apresentando os santos pretos*

como modelos de virtude e divulgando suas biografias, Igreja tinha por estratégia converter e disciplinar os escravos. Revista de História da Biblioteca Nacional, 01/05/2007, disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=627&pagina=3>. Acesso em 25 de outubro de 2009.

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos e MENESES, Verônica Maria. A Festa do Rosário dos Homens Pretos na cidade de São Cristóvão (SE). Cadernos de História (publicação do corpo discente do departamento de História da UFOP). Ano II, n. 2. Seção Livre, setembro de 2007, p.14-25. Disponível em www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria).

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, no. 2, 1996, p. 59-72.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnica nas Irmandades negras no tempo da escravidão. Revista Tempo, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 07-33, 1996. Disponível em www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-1pdf.

SAVIETO, Mônica Carolina. Catolicismos crioulistas: presença centro-africana na região do Vale do Paraíba (SP). São Paulo, 2011. Mestrado em História, PUC-SP.

SILVA, Haroldo Silis Mendes da. “Carroceiros, quitandeiras, marinheiros, pombeiros e outras agências”: trabalho e sobrevivência de africanos e afro-descendentes em Desterro na década da Abolição. Florianópolis, 2001. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

SILVA, Selma Maria da. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos: práxis de africanidade. Rio de Janeiro: Quartet: Universidade do Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. (Cadernos Sempre Negro), 2008.

SILVEIRA, Renato da. A guerra do requebrado na Bahia Colonial. In: Seminário Eparrei, Bárbara: fé e festas do Largo de São Salvador. Salvador, Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2005.

SIMÃO, Maristela Santos. “Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria. Agora e na Hora de Nossa Morte”- A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens

Pretos, em Desterro (1860-1880). Florianópolis, 2006. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

SOARES, Mariza de Carvalho. Escravidão Africana e Religiosidade Católica (Rio de Janeiro, século XVIII). Trabalho apresentado ao Prêmio Silvio Romero, 1999.

STAKONSKI, Michelle Maria. Da Sacristia ao Consistório: tensões da Romanização no caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – Desterro/Florianópolis (1880-1910). Florianópolis, 2007. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

SWEET, James H. Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo.

THOMPSON, E.P. O termo ausente: experiência. In: THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

XAVIER, Regina Célia Lima. Religiosidade e Escravidão no século XIX: mestre Tito. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.